

ZEMISMO EVOLUI PARA GOLPISMO CONTRA A CONSTITUIÇÃO DE MINAS



A grande mobilização dos trabalhadores, envolvendo 24 entidades sindicais unificadas em protesto contra projeto de Romeu Zema que se assemelha a "ato institucional" para amordaçar o povo e os próprios deputados mineiros, acende um pavio para um movimento que explodirá num debate amplo sobre a defesa da responsabilidade social do Estado e a preservação de estatais estratégicas de serviços públicos essenciais como patrimônio da sociedade.

O movimento denuncia a proposta de Zema para arrancar a fórceps da Constituição de Minas artigos que impedem vender patrimônios do Estado, como a Cemig e a Copasa, empresas altamente lucrativas, que retornam recursos para o próprio governo como acionista majoritário, para entregar tudo para a empresa privada. Recursos que hoje devem ser aplicados em favor dos serviços públicos e interesse do povo se transformando em lucro para encher os bolsos da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, o governador tenta adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, para compensar o calote dado na União e para permitir adoção de regras que destroem carreiras de servidores e a qualidade de prestação de serviços públicos à população.

Repercutiu profundamente nos meios de comunicação de massa o grande movimento dos trabalhadores, que deve ser ampliado em audiências públicas, em exigência de ações do Ministério Público de

Minas contra a manobra que tenta manipular a Assembleia Legislativa para trair os interesses do povo que elegeu cada deputado estadual para honrar compromissos sociais.

Foram veiculadas matérias extensas pelo jornal O TEMPO, Rádio Itatiaia, Rede Globo, inclusive no próprio espaço institucional da Assembleia Legislativa, sobre rejeição de deputados à proposta "zemista" de alteração constitucional para facilitar seus projetos. A "base de apoio" do governador não é citada em coesão com seu projeto nitidamente destrutivo de compromissos públicos em favor de interesses privados, a começar por amordaçar a população em seu direito constitucional de ser consultada sobre venda de empresas estatais de serviços essenciais. Repercutiu muito o posicionamento do deputado Eduardo Azevedo (PSC), da base de governo, que afirmou que "a população precisa ser consultada".

O presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, lembra que "a população deve ser respeitada em seu desejo de julgar e decidir o que quer, precisando para isso receber todas as informações necessárias e transparência de audiências públicas que serão realizadas".

Várias iniciativas de defesa das estatais e mobilização popular estão sendo agendadas, com exigência de audiências públicas, acionando a participação do Ministério Público, mobilizando deputados e executivos municipais em todo o Estado.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais: